

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 242

Período: 31/03/07 a 06/04/07

Franca – Brasil

- 1- Crise Aérea I: Lula reavalia a decisão de não punir os amotinados
- 2- Crise aérea II: impasses em torno da desmilitarização do controle do tráfego aéreo
- 3- Revelado diário das Forças Armadas sobre a Guerra das Malvinas
- 4- Comandante da Marinha pede mais recursos
- 5- Construção de Angra 3 deve ser anunciada em breve
- 6- O governo Lula e seus conflitos com as Forças Armadas
- 7- Super Tucano da FAB cai e piloto morre em Roraima
- 8- Jornais mostram que manutenção de Waldir Pires não está garantida
- 9- Serviço Secreto da Aeronáutica investiga rebeldes

1- Crise Aérea I: Lula reavalia decisão de não prender os amotinados

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* vêm noticiando desde o dia 30/03/07, o aquartelamento dos controladores de vôo do país, acompanhado de greves de trabalho e de fome, que paralisaram todos os aeroportos brasileiros. O argumento dos amotinados giraria em torno da transferência do sargento Edleuzo Souza Cavalcanti, do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo nº1 (Cindacta-1), localizado em Brasília, para um destacamento no Estado do Rio Grande do Sul, fato entendido como uma retaliação do Comando da Aeronáutica aos controladores pela greve ocorrida em dezembro de 2006. O Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, após acionar o Ministério Público Militar, determinou a detenção de dezoito controladores. A prisão, entretanto, foi impedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que garantiu aos controladores militares envolvidos no motim, a não ocorrência de perseguições ou transferências. Ofereceu ainda uma gratificação especial aos grevistas e prometeu desmilitarizar o controle do tráfego aéreo. No entanto, ao ser informado que sua atitude poderia gerar novas reivindicações e espalhar-se para outros setores das Forças Armadas que também sofrem problemas como, por exemplo, os baixos salários, Lula reuniu-se com os comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em 02/04/07 e decidiu “reavaliar” sua decisão de não punir os controladores. Com isso, a Força Aérea Brasileira (FAB), que desde 31/04/07 havia deixado o controle aéreo para os controladores de vôo, sem a chefia ou supervisão dos oficiais da Aeronáutica, retomou o controle do tráfego aéreo, com a volta dos oficiais aos postos de chefia abandonados. O presidente da República, segundo noticiou a *Folha de S. Paulo* no dia 05/04/07, tentando desfazer o erro, também condecorou sete oficiais do alto comando militar, entre os quais: o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito; os comandantes da Marinha, Julio Soares de Moura Neto, e do Exército, Enzo Peri, ambos agraciados com a medalha de Grã-Cruz da Ordem do Mérito da Defesa. Além disso, no dia 03/04/07, em cerimônia com os novos oficiais-generais das Forças Armadas, Luiz Inácio Lula da Silva elogiou os militares e prometeu verbas para o reaparelhamento das Forças. O recuo de Lula deu-

se ainda em virtude da abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) contra os líderes do motim pelo Ministério Público Militar, que é independente do governo. O Comando da Aeronáutica designou o coronel-aviador Carlos Eurico Peclat dos Santos, que trabalha no Estado-Maior da Força, para se encarregar das apurações. Diante do recuo do presidente, Saito voltou a ter poder de decisão para tratar da questão da crise aérea e a Aeronáutica foi autorizada a prender os sargentos no caso de nova greve. A atitude de Lula, ao quebrar a hierarquia e a disciplina militar, não foi vista apenas como um problema da Aeronáutica, mas como uma ofensa às bases das Forças Armadas. O general Benedito Onofre Leonel, ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, afirmou que “um pequeno grupo foi contaminado por um sentimento sindicalista, e isso tem de ser expurgado. A atitude do governo foi temerária”. O Clube da Aeronáutica condenou a atuação do presidente Lula na negociação com os controladores de vôo e ameaçou entrar no Supremo tribunal Federal (STF) com uma ação direta contra o presidente, alegando inconstitucionalidade e crime de responsabilidade, objetivando sua deposição por atentar contra a Constituição. O Clube desiste da ação apenas se Lula revir e anular a decisão de desmilitarizar o controle do tráfego aéreo. No dia 05/04/07, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o tenente-brigadeiro da reserva, Ivan Frota, presidente do Clube da Aeronáutica, divulgou, no dia 04/04/07, nota que critica duramente o governo; nela, Frota elogia o golpe militar de 1964 e lamenta a atual conjuntura do Brasil, dizendo que “a população é acostumada com corrupção em todos os níveis sociais” e ameaçando: “Que a comemoração de mais um aniversário do vitorioso momento de 64 possa servir de alerta a aqueles que ainda têm esperança de implantar, no Brasil, um retrógrado regime bolchevista. Que não tentem isso novamente, porque o povo e as Forças Armadas, mais uma vez, irão às últimas conseqüências para evitar que tal aventura tenha sucesso”. Na reunião do dia 03/04/07 entre o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo e os representantes da categoria, nenhuma reivindicação foi atendida e eles ameaçaram novas greves. Saito afirmou que a crise aérea está superada e que dentro das Forças Armadas “não há qualquer espaço para tergiversar sobre a hierarquia e a disciplina”. A posse do brigadeiro José Américo na chefia do Estado-Maior da Aeronáutica, também ocorrida no dia 03/04/07, transformou-se numa cerimônia de discussões sobre a crise aérea, durante a qual, os militares apoiaram a decisão de Lula de recuar frente aos controladores, afirmando que qualquer acordo seria inconstitucional. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o presidente Lula, no dia 04/04/07, novamente acusou os controladores de “falta de sensibilidade” em relação aos passageiros e, em relação à punição dos que se amotinaram, afirmou “o governo não vai punir ninguém”, porém ressaltou que “as pessoas precisam aprender que, no regime democrático, o respeito às instituições e à hierarquia é fundamental”. Os amotinados já são alvos de inquéritos militares. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 31/03/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/04/07; Folha de S. Paulo - Cotidiano – 02/04/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 02/04/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 03/04/07; Folha de São Paulo – Brasil – 04/04/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 05/04/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/04/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 31/03/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 01/04/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 02/04/2007; O Estado de S. Paulo - Metrópole – 03/04/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 04/04/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/04/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 05/04/07; O Globo – O País – 02/04/2007; Jornal do Brasil – País – 31/03/07; Jornal do Brasil – País – 02/04/2007;

Jornal do Brasil – Economia – 02/04/2007;

2- Crise aérea II: impasses em torno da desmilitarização do controle do tráfego aéreo

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, há dois principais pontos de discussão em torno da desmilitarização do controle do tráfego aéreo: 1-) o primeiro diz respeito à resistência da Aeronáutica e às dificuldades de desarticular o controle de tráfego, já que os equipamentos e as estruturas são únicos e a Força Aérea os mantém sob sua administração para as operações militares, algo que, portanto, se refere a questões de Estado; 2-) o problema de repasse de recursos, já que o Departamento de Controle de Espaço Aéreo (Decea), que é responsável pela manutenção e atualização dos equipamentos, deixaria de receber da União cerca de 550 milhões de reais. O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, em nota no dia 01/04/07, afirmou que aceita entregar o comando do tráfego aéreo aos civis. Isso implicará na duplicação do sistema: um para a defesa do espaço aéreo – a Aeronáutica fica com o comando apenas dos centros de controle de operações militares e com as torres das Bases Militares – e outro para as aeronaves civis, sendo que este seria vinculado, através de um órgão específico da FAB, ao Ministério da Defesa. Os controladores civis também passariam a ter um plano de carreira para sua formação. Apesar da possível desmilitarização do setor, a expectativa da Força Aérea Brasileira (FAB) é de que os quatro Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindactas) continuem a ser comandados por brigadeiros, ainda que os controladores sejam civis. O ministro da Defesa, Waldir Pires, é favorável à desmilitarização, mas destacou que é preciso paciência na solução dos problemas institucionais. Já os militares das três Forças consideram necessário ter cautela e união, visto que podem surgir outros movimentos reivindicatórios, pois todos os setores militares passam por problemas similares, como por exemplo, as reivindicações salariais. A mudança no controle do espaço aéreo será um processo longo e deve apanhar dois fatores: a impossibilidade de obrigar que todos os controladores aceitem a desmilitarização, já que não se sabe se terão benefícios no setor civil como a estabilidade no emprego; e a demora na transição devido à formação de novos profissionais. A decisão do governo brasileiro de desmilitarizar o controle do tráfego aéreo repercutiu na Argentina, onde o presidente Néstor Kirchner havia anunciado medida similar em 2006. O destaque das notícias foi de que a decisão do governo brasileiro causou “tensão militar” e que os militares da Aeronáutica e do Exército estavam “fortemente contrariados” e até haviam sugerido algum grau de insubordinação. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 02/04/07, conforme noticiado pela *Folha de S. Paulo*, interrompeu as negociações com os controladores, provocando novas tensões entre eles e, em entrevista no Palácio do Itamaraty, no dia 04/04/07, afirmou que está empenhado em “reconstruir um clima de respeito à hierarquia, de disciplina”. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 31/03/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/04/07; Folha de S. Paulo - Cotidiano – 02/04/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 02/04/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 03/04/07; Folha de São Paulo – Brasil – 04/04/07; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/04/07; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 31/03/07; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 01/04/07; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 02/04/2007; O Estado de S. Paulo - MetrÓpole – 03/04/07; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 04/04/07; O Globo – O País – 02/04/2007; Jornal do Brasil – País – 31/03/07; Jornal do Brasil – País – 02/04/2007*).

3- Revelado diário das Forças Armadas sobre a Guerra das Malvinas

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas brasileiras mantiveram, entre abril e junho de 1982, um diário de acompanhamento da Guerra das Malvinas. O relatório, que fazia parte dos arquivos secretos da ditadura militar, abertos em dezembro de 2005 – e que, hoje, estão sob guarda do Arquivo Nacional, em Brasília – conta com cerca de 55 documentos extremamente detalhados a cerca do confronto entre Inglaterra e Argentina, observado de perto pelo governo brasileiro, dada a proximidade do conflito com o território nacional. (*O Estado de S. Paulo – Internacional* – 01/04/07)

4- Comandante da Marinha pede mais recursos

O jornal *O Globo* noticiou que o almirante Julio de Moura Neto assumiu o Comando da Marinha, queixando-se da falta de recursos para a aquisição e recuperação de navios e submarinos. O Comandante afirmou que os atuais recursos são insuficientes para defender a costa brasileira e que o governo está retendo cerca de R\$ 2,7 bilhões de royalties do petróleo pertencentes à Marinha. Julio de Moura Neto observou, também, que a falta de recursos atrapalha o programa nuclear brasileiro e a construção do primeiro submarino nuclear do país, considerado por ele, fundamental para a soberania nacional nos mares e a defesa das bacias petrolíferas. O Comandante informou que o reaparelhamento da Marinha é a atual prioridade da Força. (*O Globo – O País* – 02/04/2007).

5- Construção de Angra 3 deve ser anunciada em breve

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, afirmou que o governo federal deve anunciar nos próximos dois meses a retomada da construção da usina nuclear Angra 3. A expectativa aumentou desde fevereiro de 2007, quando uma delegação de diplomatas e empresários franceses visitou as instalações da usina – uma vez que a empresa francesa Areva tem contrato para fornecer equipamentos para Angra 3. Segundo Sérgio Rezende, o Brasil está atrasado há 25 anos, desde que interrompeu seu programa nuclear. Agregou que a maioria dos países se voltou para a utilização da energia nuclear renovável, segura e sem produção de rejeitos, mas o Brasil ainda permanece com a tecnologia de enriquecimento de urânio, fonte de energia não renovável. O investimento para construção de Angra 3 é estimado em 550 milhões de reais. (*O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios* – 04/04/07).

6- O governo Lula e seus conflitos com as Forças Armadas

Segundo uma retrospectiva feita pelo *Estado de S. Paulo*, desde a posse do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, uma série de conflitos entre governo e militares vêm ocorrendo. Falta de verbas para reequipamento, abertura de arquivos secretos do regime militar e pressões por aumento salarial já foram focos de contenda. Ainda em 2003, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, anunciou que

acabaria com o regime diferenciado dos militares e a pensão integral. Houve forte reação e Lula vetou a decisão de Berzoini. No mesmo ano, a promessa de abertura dos arquivos secretos da guerrilha do Araguaia provocou desconforto entre os militares, que afirmaram não ser “recomendável remexer o passado”. Em 2004, 700 militares protestaram em Brasília e no Rio de Janeiro por aumentos salariais. Lula, em meio às fortes pressões, concedeu 10% de aumento. Em 2005, durante outros protestos, os militares exigiam repasse de 23 %. Lula, que inicialmente reuniu os três comandantes da Forças Armadas e afirmou que o Estado não possuía dinheiro para repassar ao setor, autorizou um aumento de 13%. Já em 2006, o acesso aos papéis secretos da ditadura foi autorizado, com restrições. No final do ano, iniciou-se a crise aérea e novas reclamações, como, por exemplo, a do comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto de que “os militares são os mais mal pagos” e a situação entre o governo e as Forças Armadas encontra-se quase “insustentável”. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 04/04/07).

7- Super Tucano da FAB cai e piloto morre em Roraima

Conforme noticiaram os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, um avião Super Tucano da Força Aérea Brasileira (FAB) caiu, provocando a morte de um piloto, e outras três aeronaves realizaram pousos de emergência perto de Boa Vista, em Roraima. O Super Tucano colidiu com uma torre de telefonia durante um temporal na tarde do dia 04/04/07, segundo relato do Corpo de Bombeiros, e os dois pilotos ejetaram seus assentos, porém, apenas um deles sobreviveu. O outro, segundo-tenente-aviador Fernando Wilmers de Medeiros, teve problemas com seu pára-quedas e faleceu. A FAB e o Corpo de Bombeiros não confirmaram choque entre os outros três aviões; quatro caças do esquadrão pousaram sem dificuldades na Base Aérea de Boa Vista. Essas oito aeronaves participavam de manobra e pertencem ao 1º Esquadrão do 3º Grupo de Aviação, sediado em Boa Vista e, de acordo com a FAB, haviam decolado de Manaus (AM) em direção à capital de Roraima, Boa Vista. Os aviões do modelo A-29 Super Tucano são utilizados na interceptação de aeronaves suspeitas em toda a fronteira da Amazônia brasileira. Os caças começaram a operar nas manobras em 2005 e são fabricados pela Embraer. Os pilotos são treinados no 2º Esquadrão do 5º Grupo de Aviação, sediado na Base Aérea de Natal (estado do Rio Grande do Norte). Equipes do Centro de Buscas do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta-4) trabalharam no resgate dos pilotos. Em nota oficial, a FAB informou que no momento do acidente, as condições meteorológicas estavam prejudicadas por causa da chuva forte e também afirmou que o Comando da Aeronáutica iniciou investigação para apuração das causas do acidente do dia 04/04/07. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, houve vazamento de combustível e o Super Tucano estava repleto de explosivos e mísseis. Nesse mesmo dia, foi encontrado o monomotor que estava desaparecido desde o dia 31/03/07 no interior de Roraima. A aeronave que foi encontrada por aviões de busca transportava dois funcionários que prestavam serviços à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) mais o piloto; ela havia decolado de Boa Vista, pousou na região de Catrimani e depois decolou com destino a Caracará. O monomotor Cessna 206 prefixo KBAO havia desaparecido do radar dos controladores e foi encontrado fora da rota. O avião desapareceu e as buscas se iniciaram no dia 01/04/07, com apoio logístico de um avião e um helicóptero da FAB, além de três

aeronaves particulares. O epidemiologista Marcos Xavier Cardoso foi encontrado com vida, enquanto o piloto Paulo Lopes e o técnico de enfermagem Darciel Santos Carvalho estavam mortos no avião. A remoção dos corpos depende da perícia. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/04/07; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 05/04/07).

8-Jornais mostram que manutenção de Waldir Pires não está garantida

Segundo a *Folha de S. Paulo*, embora o presidente Lula negue a substituição de Waldir Pires, a mesma já está decidida e foi objeto de discussão política no dia 04/04/07. O jornal afirma que, durante um jantar com senadores do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula pediu alternativas para uma “saída digna” do ministro da Defesa, já que não seria justo que ele arcasse com todo o desgaste de uma crise aérea resultante de outras gestões e que ao Itamaraty, entretanto, Lula afirmou a permanência de Pires no cargo. Aos senadores, Lula ressaltou, porém, que os problemas de insubordinação militar não se devem a Pires, mas à forma como se encontra estruturado o Ministério da Defesa, a qual reduz a autonomia do ministro, cerceando diversas ações, como nomear sua equipe, por exemplo. Nesta mesma conversa, Lula cogitou a implantação de um Programa de Aceleração do Crescimento das Forças Armadas (PAC) que incluiria o investimento na modernização das três forças. Voltando à questão da manutenção de Pires, para *O Estado de S. Paulo*, Lula manterá o atual ministro, ao menos, até que SE finde a crise aérea, pois seria uma humilhação pessoal demiti-lo nas atuais circunstâncias. Após almoço com o presidente do Equador, Rafael Correa, Lula disse que não quer mudar o time, mas reestruturar o Ministério. É preciso deixar a crise cessar para reconstruir o Ministério, junto com as Forças Armadas, disse o presidente. Para *O Estado*, se houver substituição, há uma preferência dos militares por Aldo Rebelo, um dos nomes figurados no rol dos possíveis substitutos. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/04/07; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/04/07).

9-Serviço Secreto da Aeronáutica investiga rebeldes

Conforme divulgou a *Folha de S. Paulo*, o “blog do Josias” informou que o Comando da Aeronáutica acionou um grupo de agentes de seu departamento de inteligência para vasculhar o cotidiano dos sargentos que atuam como controladores de voo, com o objetivo de identificar os líderes do motim que paralisou os aeroportos brasileiros. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/04/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP), João Paulo Guerra Rotelli (Redator, graduando em Relações Internacionais) e Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq).